

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO SC002254/2010
MTE:
DATA DE REGISTRO NO MTE: 24/09/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR052520/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 46304.001690/2010-8
1
DATA DO PROTOCOLO: 23/09/2010

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo nº: 46304000573201181e **Registro nº:**

SC000811/2011

SIND TRAB EMPRESAS TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS DE JLLE, CNPJ n. 81.159.931/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RUBENS MULLER;

E

GIDION S/A - TRANSPORTE E TURISMO, CNPJ n. 84.704.295/0001-77, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MOACIR LUIZ BOGO e por seu Diretor, Sr(a). STEFAN RODRIGO SOARES E BOGO;

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA, CNPJ n. 84.697.051/0001-04, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). HUGO FRANCISCO HOFFMANN e por seu Diretor, Sr(a). VILMAR HARGER;

PASSEBUS ADMINISTRADORA LTDA, CNPJ n. 04.267.853/0001-45, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MOACIR LUIZ BOGO e por seu Diretor, Sr(a). VILMAR HARGER;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2012 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores e condutores de veículos, fiscais, trocadores e escritórios, oficinas e manutenção em geral nas Empresas de transportes rodoviários e urbanos, intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros e transportes de passageiros de turismo e fretamento. Parágrafo Único: Ressalvados os aspectos relativos aos salários, os quais serão revistos nas datas-bases, ou a qualquer tempo, no consenso das partes, as condições gerais de trabalho previstas neste instrumento vigorarão no período compreendido entre 1º de Maio de 2.010 até 30 de abril do ano 2.012, relativamente às cláusulas sociais. A revisão salarial ocorrerá anualmente, fixando-se a data-base em 1º de maio, com abrangência territorial em Araquari/SC, Balneário Barra do Sul/SC, Barra Velha/SC, Campo Alegre/SC, Garuva/SC, Itapoá/SC, Joinville/SC, Rio Negrinho/SC, São Francisco do Sul/SC e São João do Itaperiú/SC.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO

Excluídas as funções indicadas no artigo seguinte, as empresas concederão aos seus empregados, em 01.05.2010, o reajuste de 5,50% (cinco vírgula cinquenta por cento), a incidir sobre o salário vigente em 30.04.2010.

Parágrafo único: Ficam integralmente reconstituídos os salários até 30.04.2010, pelo quanto disposto no presente artigo e no artigo seguinte.

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO: MOT., AG. DE BORDOS, COBR. ROD., ATEND. GUICHE E PORTEIROS

As empresas concederão aos seus empregados nas funções abaixo indicadas e que cumpram a carga semanal de 44 horas, a partir de 01.05.2010, o reajuste de 5,50% (cinco vírgula cinquenta por cento), a incidir sobre o salário vigente em 30.04.2010, as seguintes parcelas:

GIDION S/A TRANSPORTE E TURISMO

FUNÇÃO	SALÁRIO-BA SE	INTRAJORNADA	GRATIFICAÇÃO+ PRESTAÇÃO DE CONTAS mensais (*)	TOTAL
Motorista Urbano	R\$ 1.035,00	R\$ 182,00	R\$ 68,00	R\$ 1.285,00
Motorista - Veículo Leve Urbano (até 10mt)	R\$ 938,00	-	R\$ 68,00	R\$ 1.006,00
Motorista- Turismo C/P	R\$ 5,52	-	-	R\$ 5,52 p/h + horas a disposição
Motorista- Turismo S/P	R\$ 5,52	-	-	R\$ 5,52 p/h + horas de sobre-aviso
Atendentes de Guichê e Porteiros	R\$ 630,00	-	-	R\$ 630,00

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA.

FUNÇÃO	SALÁRIO-BA SE	INTRAJORNADA	GRATIFICAÇÃO + PRESTAÇÃO DE CONTAS mensais (*)	TOTAL
Motorista Urbano	1.035,00	182,00	68,00	1.285,00
Motorista - Veículo Leve Urbano (até 10mt)	938,00		68,00	1.006,00
Cobrador Rodoviário	530,00	85,00	-	615,00
Agente de Bordo e Porteiro	507,00	80,00	-	587,00

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS SALARIAIS

Ressalvados os descontos previstos em lei ou acordo, é vedado às empregadoras, na forma do que dispõe o art. 462, da CLT, efetuar quaisquer outros descontos salariais, salvo prévia e expressa concordância do empregado, ou em consequência de falta grave decorrente da inobservância de norma disciplinar.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SEXTA - REMUNERAÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA

Aos Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviário e Porteiros cuja jornada exceda a

6:00 (seis) horas diárias e aos quais não seja possível a concessão do intervalo intrajornada ou quando haja concessão parcial, em decorrência da natureza contínua e ininterrupta do serviço, perceberão um adicional no valor de R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais) para os Motoristas e R\$ 80,00 (oitenta reais) para os Agentes de Bordo e Porteiros da Transtusa a partir de 01 de maio de 2010.

Parágrafo Primeiro: Aos Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviário e Porteiros a quem, por força das peculiaridades resultantes da natureza do serviço, as Empregadoras concederem até dois intervalos intra-jornada, perceberão um adicional de R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais) para os Motoristas e de R\$ 80,00 (oitenta reais) para os Agentes de Bordo e Porteiros da Transtusa a partir de 01 de maio de 2010.

Parágrafo Segundo: Os adicionais previstos na presente cláusula, são de caráter remuneratório e não cumulativos, através do que as partes consideram por transação, regularizada esta situação para todos os fins de direito.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SÉTIMA - 13º SALÁRIO

As empregadoras quitarão o décimo terceiro salário, sempre o mais tardar até o dia 20 de dezembro. Integra o valor do décimo terceiro salário a média das horas extras, do adicional noturno, do adicional de insalubridade, do adicional de periculosidade, bem como todas as verbas de caráter remuneratórias.

Gratificação de Função

CLÁUSULA OITAVA - GRATIFICAÇÃO - MOTORISTAS

Resta estabelecido que, os valores pagos a título de Salário-Base, "Remuneração Intervalo Intra-Jornada", gratificação pela venda de passagens embarcadas e prestação de contas, verbas previstas abaixo, passarão a compor o conjunto remuneratório do motorista que os receberem, servindo para fins de cálculo das horas extras.

§ 1º- Aos motoristas que eventualmente venham a efetuar vendas de passagens a bordo, em favor de usuários que não portem bilhetes ou cartão inteligente, será pago o adicional mensal de R\$ 22,00 (vinte e dois reais), a partir de 01 de maio de 2010, a título de gratificação pela venda de passagens embarcadas, que integrará a remuneração para todos os efeitos legais, sem que isto caracterize dupla função.

§ 2º - As eventuais vendas de passagens, efetuadas pelos Motoristas a bordo, deverão ser feitas

obrigatoriamente com o veículo parado, visando à segurança do próprio condutor e dos usuários do transporte coletivo urbano.

§ 3º - Aos motoristas que eventualmente venham a efetuar vendas de passagens a bordo, também será pago o adicional mensal de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais), correspondente ao tempo despendido no acerto de contas e registro do cartão inteligente do sistema PASSEBUS, no final da jornada, como sendo de 15 (quinze) minutos diários, que não serão computados como hora de trabalho, a título de prestação de contas, que integrará a remuneração para todos os efeitos legais.

§ 4º - Ao motorista lotado no denominado Transporte Eficiente, assim entendido aquele feito em veículo especificamente destinado a portadores de deficiência, serviço este estabelecido pelo Decreto Municipal nº 9.561/2000, fica assegurada, **além do salário base de sua função**, exclusivamente a percepção de uma gratificação especial, no valor de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais) por mês ou R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos) por dia, gratificação só devida e paga quando na efetiva execução do trabalho aqui especificado.

§ 5º - O conjunto remuneratório composto na presente cláusula será anotado em CTPS, sendo que as empregadoras detalharão as respectivas rubricas e valores nos comprovantes salariais mensais.

Adicional Noturno

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL NOTURNO

Nas viagens noturnas, assim consideradas as realizadas entre as 22:00 (vinte e duas) e às 05:00 (cinco) horas, a remuneração será acrescida de 20% (vinte por cento), referente o pagamento do adicional noturno e terá a redução da hora trabalhada de 60 (sessenta) minutos para 52m:30s (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA - TICKET ALIMENTAÇÃO

A partir de 01.05.2010, o ticket alimentação será de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), por mês efetivamente trabalhado, pago a todos os funcionários associados do Sindicato e abrangidos pelo presente Acordo Coletivo, autorizado o desconto mensal de R\$ 2,00 (dois reais) a partir de 01 de maio de 2010.

I - O benefício acima especificado não tem natureza salarial, não se integrando à remuneração para quaisquer efeitos, sendo regulado pelo PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

II - Os descontos aqui especificados ficam autorizados pelo presente instrumento, independente

de qualquer outra formalidade.

III Em concedendo a Empresa a possibilidade de feitura das refeições em seu próprio refeitório, fica também assegurado o desconto do empregado de 50% (cinquenta por cento), do custo efetivo da referida refeição.

IV - Os empregados exercentes de funções nas sedes das empregadoras, ligados as atividades de administração e manutenção da frota, poderão fazer suas refeições nos refeitórios de cada uma delas, a preço de custo ou através do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) de acordo com as normas internas. Excepcionalmente, mediante prévio aviso, faculta-se o uso do benefício a qualquer empregado que esteja na sede das empresas por necessidade do serviço.

V O valor estipulado para vigor a partir de 01.05.2010 é estabelecido com fundamento no inciso XXVI, da CF, sem direito adquirido a qualquer outro valor anteriormente estabelecido por norma individual ou coletiva.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENEFÍCIOS

Além dos benefícios previstos em lei, as empregadoras proporcionarão aos empregados associados do sindicato, ao longo do período a que se refere este acordo, os benefícios a seguir enunciados e regulamentados, os quais não constituirão parte integrante da remuneração:

I - Transporte Gratuito - As Empregadoras concederão a todos os seus empregados o transporte local gratuito, em todas as linhas de transporte coletivo urbano mediante simples apresentação, aos operadores, do respectivo crachá de identificação funcional, sem qualquer limitação.

II Seguro de Vida em Grupo A todos os empregados que forem admitidos, será oferecida no ato da assinatura do contrato de experiência, a possibilidade de participarem de um contrato de Seguro de Vida em Grupo. Os empregados que pretendam desistir do benefício deverão manifestar por escrito esta intenção, junto aos setores de pessoal das empresas ou ao sindicato.

III Exame de Vista e Fornecimento de Óculos Qualquer empregado que for admitido terá direito, no ato da admissão, a exame de acuidade visual gratuito nas óticas credenciadas pelas empregadoras, mediante a apresentação de uma autorização específica obtida nos setores de recursos humanos ou no ambulatório. Havendo necessidade de confecção e uso de óculos, estes serão imediatamente liberados aos usuários, os quais poderão pagá-los em até três prestações mensais, com o desconto em folha de pagamento. O benefício é extensivo a todos os dependentes dos empregados associados.

IV Assistência Odontológica As empresas manterão ambulatórios odontológicos em suas respectivas sedes para atendimento de todos os seus empregados e dependentes, os quais

pagarão somente os materiais utilizados a preços de custo. Para a utilização dos serviços, ressalvados os casos emergenciais, as consultas e serviços devem ser marcados antecipadamente nos respectivos ambulatórios. As empresas poderão cobrar multa pelas faltas injustificadas as consultas marcadas.

V Assistência Médica As empresas manterão também ambulatórios médicos em suas respectivas sedes administrativas, para atendimento gratuito de todos os seus empregados, para consultas, tratamentos de menor complexidade, curativos, acompanhamentos médicos.

VI Convênio/Plano de Saúde É facultado às empregadoras, ao longo do período convencional, aderirem ao convênio celebrado pelo Sindicato para prestação de Assistência Médica, Exames Laboratoriais, Cirurgias de Pequeno Porte e Atendimentos Urgentes a todos os seus associados, o qual passa a ser extensivo para o uso facultativo de todos os empregados associados e seus dependentes, até o limite de 18 anos. Os serviços serão prestados por profissionais e nos estabelecimentos credenciados pelo Sindicato e pelas Empregadoras e poderão ser utilizados pelos usuários. O custo dos serviços será o previsto na tabela da AMB (Associação Médica Brasileira) e será subsidiado na proporção de 50% (cinquenta por cento) pelas empregadoras e 50% (cinquenta por cento) pelos empregados associados. As cirurgias de pequeno porte ficam limitadas ao valor de 3.000 CHs por procedimento, devendo o respectivo valor ser repassado ao Sindicato como gestor do Convênio/Plano de Saúde

VII - O Sindicato como gestor do Convênio/Plano de Saúde, obriga-se a repassar, mensalmente, nos seus respectivos vencimentos, os valores devidos aos estabelecimentos conveniados, sob pena de multa de 10 (dez) salários mínimos por credenciado não pago. Em caso de não atendimento aos funcionários por falta de pagamento, desde que comprovado o repasse das empresas ao sindicato em tempo hábil, ficam estas autorizadas a não repassar mais nenhuma verba ao sindicato em quanto não seja regularizada a situação financeira dos convênios. Neste caso ficam as empresas autorizadas a efetuarem os respectivos pagamentos diretamente aos conveniados.

VIII Convênio Aquisição de Medicamentos Os medicamentos adquiridos pelos empregados e seus dependentes filiados, que forem prescritos através de receita dos médicos pertencentes ao quadro funcional das empregadoras, ou emitidos pelos médicos filiados ao convênio a que se refere o item VII acima, serão subsidiados em 50% (cinquenta por cento) pelas empregadoras, arcando os empregados com os restantes 50% (cinquenta por cento), devendo o respectivo valor ser repassado ao Sindicato como gestor do Convênio.

IX - Assistência Jurídica - Quaisquer empregados ou ex-empregados que houverem sido indiciados em ação penal em consequência de ato cometido em serviço terão direito a defesa judicial gratuita, através do Departamento Jurídico das Empregadoras, até a última instância recursal, se for o caso.

X - Licença Para Revalidação de Carta de Motorista - As empresas concederão licença remunerada aos motoristas para revalidação de suas respectivas carteiras de habilitação

profissional, limitada a dois dias.

XI - Licença Paternidade - Todo Empregado terá direito a 5 (cinco) dias consecutivos de licença remunerada, contados a partir do dia do nascimento do filho, inclusive. Se o nascimento ocorrer durante o dia do repouso semanal remunerado a licença será concedida a partir do primeiro dia útil seguinte.

XII Corte de Cabelo Mensal Gratuito - Extensivo a todos os empregados, uma vez por mês, bastando que compareçam aos cabeleireiros credenciados pelas empregadoras e identifiquem-se mediante a apresentação de crachá. O barbeiro do Sindicato fica credenciado para a execução dos cortes de cabelo, em igualdade de condições com os demais cabeleireiros credenciados.

XIII - Auxílio Funeral - As empregadoras pagarão ao cônjuge sobrevivente ou aos herdeiros de qualquer empregado que houver falecido sob quaisquer circunstâncias e não coberto por seguro, mediante a simples apresentação do atestado de óbito, um auxílio-funeral correspondente a um salário-base da função por ele exercida.

XIV - Empregados Estudantes - As faltas ao serviço de empregados estudantes para a prestação de exames-vestibulares serão abonadas pelas empresas desde que comprovadas logo em seguida com exibição de documentação hábil.

XV - Transferência - Havendo necessidade de mudança de domicílio do empregado por necessidade de serviço, todas as despesas decorrentes da transferência correrão por conta das empregadoras, nos termos da lei.

§ 1º - Os empregados associados que tiverem o contrato de trabalho interrompido ou suspenso por auxílio doença, benefício acidentário, licença maternidade, exceto por concessão ou restabelecimento de aposentadoria por invalidez onde os benefícios não poderão ser concedidos, poderão utilizar os benefícios do convênio/plano de saúde e convênio/aquisição de medicamentos, durante o prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da data de início da interrupção ou suspensão, desde que efetuem o pagamento correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos custos dos serviços relativos ao plano de saúde e 50% (cinquenta por cento) dos custos relativos à aquisição de medicamentos, diretamente na sede das Empresas, até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao do recebimento do benefício previdenciário.

§ 2º - Caso o empregado não efetue o pagamento correspondente, será permitido às Empresas, a seu exclusivo critério, suspender os benefícios do convênio/plano de saúde e/ou convênio/aquisição de medicamentos e do seguro de vida em grupo por prazo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CURSOS OBRIGATÓRIOS DECORRENTES DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Todos os cursos obrigatórios decorrentes da Legislação de Trânsito do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), que se fizerem necessários aos Motoristas, serão providos pelas respectivas empregadoras, para aqueles já efetivamente admitidos. Aos novos admitidos, que eventualmente não possuam o curso de capacitação para transporte de passageiros, será custeado pela empregadora, que ficará autorizada ao desconto salarial do efetivamente pago em 03 (três) vezes, sem acréscimo.

§ 1º - Não estando incluso no caput deste Artigo, as taxas de renovação da CNH (carteira nacional de habilitação).

§ 2º - O tempo despendido na duração dos cursos, não gerará tempo de efetivo trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - QUEBRA DE CAIXA

As empresas pagarão aos seus empregados ocupantes das funções **CAIXA, ATENDENTES DE LOJAS, ATENDENTES DE GUICHÊ, MOTO-BOYS e BILHETEIRO**s um adicional salarial de R\$ 36,00 (trinta e seis reais) a título de quebra de caixa, que será destacado com rubrica específica no demonstrativo de pagamento.

Parágrafo único Reconhecem as partes que tal verba tem caráter indenizatório não integrando ao salário dos empregados para nenhum efeito.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Na dispensa por justa causa, a Empresa comunicará por escrito ao Empregado, enviando cópia ao Sindicato, indicando o artigo legal infringido, sob pena de presunção de ausência dela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

Todo Empregado que houver sido dispensado sem justa causa terá direito a carta de referência que solicitar, na qual se declarará, no mínimo, o tempo de serviço prestado e o fato de o empregado ter cumprido suas obrigações contratuais.

Parágrafo único - Em caso de pedido de demissão os empregados serão dispensados do cumprimento integral do aviso prévio, podendo as empregadoras pagarem os seus haveres proporcionais aos dias trabalhados, no prazo de 10 (dez) dias.

Contrato a Tempo Parcial

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS JORNADAS REDUZIDAS DE TRABALHO

As empregadoras poderão admitir novos funcionários para trabalharem em regime de jornada de trabalho reduzida, com salário e demais benefícios, inclusive o ticket de alimentação, concedidos proporcionalmente - Trabalho a Tempo Parcial - a que se refere o artigo 58-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, de acordo com os seguintes critérios:

- a) A jornada de trabalho reduzida não poderá exceder de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
- b) No Contrato de Experiência a Tempo Parcial definir-se-á a jornada e os dias da semana em que o empregado deverá cumpri-la.
- c) O repouso semanal terá a duração de 24 (vinte e quatro) horas, com remuneração igualmente proporcional.
- d) Na jornada diária dos empregados submetidos a tempo parcial com remuneração proporcional poderá ser concedido um intervalo intra jornada de no máximo 01 (uma) hora.
- e) Um mesmo empregado poderá ser admitido por duas empregadoras, com jornadas distintas prestadas a cada uma delas, em horários diferenciados, responsabilizando-se cada uma das empregadoras pelo pagamento dos respectivos salários proporcionais, recolhimento dos encargos, depósitos fundiários, anotações contratuais na CTPS. Os funcionários contratados em regime de até 25:00 (vinte e cinco) horas semanais, não poderão ter horas compensadas ou horas extras, exceto quando término de linhas regulares diárias.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Considera-se experiência o período de até 90 (noventa) dias, ao longo do qual empregador e empregado constatarão o recíproco interesse e conveniência à vinculação indeterminada.

Parágrafo único No período de experiência, o empregado poderá ser remunerado com 90% (noventa por cento) do valor do piso salarial atribuído na função para o qual foi admitido e definido neste ACT, sendo que o conjunto remuneratório a ser percebido pelo empregado não poderá ser inferior ao valor do Piso Estadual de Salário regido pela Lei Complementar nº 469/2009, de 30 de setembro de 2009.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DIFERENÇAS DE CAIXA

As diferenças de caixa verificadas nas prestações diárias das contas dos Motoristas e Agentes de Bordo deverão ser reembolsadas às empregadoras no prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas. A ocorrência sistemática de diferenças de caixa nas prestações de contas ao longo de seus contratos de trabalho considerar-se-á apropriação indébita, suscetível de punição na forma do artigo 482, da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISCIPLINA NO TRABALHO

O pessoal da administração, manutenção e operação subordina-se às disposições previstas na Lei Municipal nº 3283/96 e no Respectivo Código Disciplinar que regulamenta o Serviço de Transporte Coletivo no Município de Joinville e dá outras providências. Além disto:

I - Aos motoristas incumbe, ao iniciarem suas jornadas de trabalho, inspecionar os seguintes componentes do veículo: calibragem dos pneus, eficiência dos freios, situação das luzes, limpadores de pára-brisas, níveis de água e óleo e nível do combustível, cabendo-lhes comunicar à empresa ou a seus prepostos quaisquer irregularidades encontradas a fim de que os consertos possam ser efetuados imediatamente.

II - Os empregados poderão ser responsabilizados disciplinarmente pelas empregadoras por quaisquer infrações cometidas no exercício da função, inclusive em relação aos danos causados por dolo ou culpa ao seu patrimônio ou de terceiros, legitimado o desconto em folha de pagamento.

III - As Empresas que forem condenadas judicialmente, com o devido trânsito em julgado da sentença condenatória, poderão executar os descontos nos salários de seus funcionários até o limite legal de 20% (vinte por cento) da remuneração e de forma mensal até a quitação do dano causado, mediante prévio aviso ao Sindicato Laboral.

IV - As multas decorrentes das Infrações de Trânsito no Município, só poderão ser cobradas dos Motoristas, após recorridos e julgados pelo Órgão Competente. Fica facultada ao motorista a renúncia ao direito de recurso, que se dará de forma expressa, sendo o valor da multa descontado de sua remuneração na forma do inciso III.

V - Para melhor conforto e higiene dos usuários e do próprio ambiente de trabalho, os Motoristas e Cobradores farão as varrições diárias na parte interna dos veículos, nos pontos finais das linhas, cometimento este já remunerado no salário ajustado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TRATAMENTO AO PÚBLICO

Ao pessoal incumbido da operacionalização dos serviços exigir-se-á que o tratamento ao público seja cortês e educado, bem como ainda sejam observadas as regras básicas de higiene pessoal e boa aparência. O Sindicato orientará aos seus associados no sentido de que não compareçam ao trabalho desprovidos de uniforme.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

As empregadoras obrigam-se a fornecer aos seus empregados comprovantes de pagamento de todas as verbas, sejam elas de natureza remuneratória ou indenizatória, discriminando a sequência de todos os componentes da contraprestação pecuniária, inclusive com referência a descontos e contribuições, bem como ainda destacarão, mês a mês, nos demonstrativos individuais de pagamento, as importâncias alusivas aos depósitos fundiários.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FERISTA, FOLGUISTA E PLANTONISTA

Serão considerados como tais, todos os Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviários e Porteiros que tenham por função substituir outros Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviários e Porteiros, que estiverem em gozo de férias, repousos semanais ou que houverem faltado ao seu serviço. Os pisos salariais aplicáveis a estes empregados serão os mesmos devidos aos Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviários e Porteiros que eles venham a substituir, somente enquanto durar a substituição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Ressalvadas as situações particulares enunciadas neste acordo, a duração do trabalho será 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Os repousos semanais terão a duração de 24 (vinte e quatro) horas, mais 11 (onze) horas correspondentes ao intervalo inter-jornadas, e serão concedidos em regime de revezamento e coincidirão com o domingo, pelo menos uma vez a cada 7 (sete) semanas.

I - Em decorrência da organização das escalas, dos turnos de trabalho, da natureza e do funcionamento dos serviços, poderão as empregadoras conceder o repouso semanal entre o 4º (quarto) e o 9º (nono) dia consecutivo de trabalho. As partes considerarão, por compensação, regular esta situação se ao obreiro ficar assegurada a concessão mensal, de tantos repousos quantos existentes no mês.

II Todos os feriados trabalhados serão remunerados com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

III - Todo o repouso semanal trabalhado que coincidir com o domingo e que no mesmo seja feriado, não será compensado e sim pago na forma do item II.

IV Para os empregados exercentes de funções administrativas e de manutenção, não será feita a compensação dos feriados coincidentes com o sábado, como também não serão computadas a crédito da empregadora as horas relativas à compensação do sábado e não trabalhadas em razão de feriado ocorrido na semana.

V - O intervalo interjornadas será sempre de 11 (onze) horas consecutivas.

VI - O intervalo para repouso ou alimentação previsto no Artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ser ampliado para até 4 (quatro) horas, considerada a especificidade de determinadas linhas de fretamento, mediante acordo escrito entre empregado e empregador, desde que tais linhas de ônibus consideradas específicas pela empresa sejam submetidas a apreciação do sindicato, sendo que este tempo não será computado na jornada de trabalho do empregado, e nem será considerado como tempo a disposição do empregador.

VII - Não configura tempo à disposição das Empregadoras a permanência do veículo com o motorista, em sua residência ou em qualquer outro local em período em que não há prestação de serviço, nos intervalos intrajornadas e interjornadas, reconhecendo as partes que, nestes casos, o motorista não está de sobreaviso, não será convocado para trabalhar e nem será responsabilizado por danos causados por terceiros nos veículos.

VIII - A utilização pelos empregados do transporte coletivo nas linhas regulares do sistema, bem como no transporte especial, para ida ou retorno ao trabalho não configurará tempo In-itinere integrante da jornada de trabalho.

IX Aos empregados que não for concedido o intervalo intrajornada, ou cuja concessão seja parcial, será concedido um adicional remuneratório, nos termos deste acordo, conforme Cláusula Sexta, através do que as partes considerarão regularizada a situação para todos os fins de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - ADMINISTRATIVO

Os empregados exercentes de funções administrativas trabalharão sob o regime de compensação da jornada de trabalho de segunda até sexta-feira, sem trabalho aos sábados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - MANUTENÇÃO

Os empregados exercentes de funções ligadas à manutenção da frota, tais como os mecânicos, lavadores, lubrificadores, ajudantes de serviços e abastecedores, todos mensalistas, as semanas serão de seis dias concedendo-se o repouso semanal sob escala de revezamento devendo coincidir o repouso com o domingo ao menos uma vez por mês.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO - DURAÇÃO

Poderão as empregadoras adotar a jornada de trabalho de 06:00 (seis horas) diárias de trabalho de 2ª a 6ª feira e de 12:00 (doze horas) nos Sábados ou Domingos, alternadamente, perfazendo o total de 42:00 (quarenta e duas horas) semanais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA NOS SERVIÇOS EM VIAGENS ESPECIAIS, TURISMO E FRETAMENTO

Os Motoristas em Viagens Especiais, de Turismo e de Fretamento, poderão ser contratados por salário-hora, tendo como hora-base o salário normativo da categoria e o divisor de 220 (duzentas e vinte) horas. O salário dos horistas, assim, será calculado proporcionalmente ao número de horas trabalhadas.

Parágrafo único - A remuneração dos Motoristas contratados por salário-hora, será calculada na forma do artigo seguinte e seus parágrafos, tendo como base o dia de efetivo trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA JORN. NOS SERV. EM VIAGENS ESPECIAIS, TURISMO E FRETAMENTO/SEM PERNOITE

Para os Motoristas em Viagem Especiais, de Turismo e Fretamento, sem pernoite, tomar-se-á como base, o total de horas realizadas na viagem, considerando-se como tempo de efetivo trabalho, 7h:20m (sete horas e vinte minutos) da jornada normal ou aquelas de efetiva permanência ao volante, deduzindo-se o intervalo intrajornada de 1:00 (uma) hora. O saldo das horas existentes, se houver, será considerado como tempo a disposição e pago a razão de 1/3 (um terço), calculado com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, garantindo sempre o salário contratual do motorista, mesmo se realizado jornada inferior a de 07h:20m (sete horas e vinte minutos).

§ 1º - Aos Motoristas que trabalharem predominantemente em viagens sem pernoite, considerar-se-ão os dias em que não houver viagens, como período de sobreaviso, garantindo-se o pagamento do repouso semanal remunerado.

§ 2º - Aos Motoristas de sobre-aviso, será garantida a remuneração de 1/3 (um terço) da jornada normal de 7h:20m (sete horas e vinte minutos), ou seja, 2h:40m (duas horas e quarenta minutos).

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA JORN. NOS SERV. EM VIAGENS ESPECIAIS, TURISMO E FRETAMENTO/COM PERNOITE

Para os Motoristas em Viagem de longa duração as pernoites de descanso serão consideradas como intervalo interjornadas, com duração de 11:00 (onze) horas. Para efeito de remuneração, tomar-se-á como base a jornada de 24:00 (vinte e quatro) horas, considera-se como tempo de efetivo trabalho 7h:20m (sete horas e vinte minutos) da jornada normal ou aquelas de efetiva permanência ao volante, deduzindo-se o intervalo intrajornada de 1:00 (uma) hora. O Saldo das horas existentes, será considerado como tempo a disposição e pago à razão de 1/3 (um terço), calculado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, garantindo sempre o salário contratual do motorista, mesmo se realizado jornada inferior a de 07h:20m (sete horas e vinte minutos).

§ 1º - Para o cálculo da remuneração acima previsto, nos dias de partida e de chegada, serão consideradas as horas efetivamente trabalhadas.

§ 2º - Para atendimento a legislação de Trânsito, os Motoristas em viagens de longa duração, deverão revezar-se a cada 6:00 (seis) horas de efetiva permanência ao volante.

§ 3º - Aos Motoristas que trabalharem predominantemente em viagens com pernoite, considerar-se-á como dia de repouso, aqueles em que não houver viagens.

§ 4º - As jornadas de trabalho dos Motoristas em Viagens Especiais, de Turismo e de Fretamento, poderão ser controladas através de papeleta externa individual e preenchida pelos mesmos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO DOS VIGILANTES/RECEPCIONISTAS

Com base no art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, fica facultado à empresa e respectivos empregados estabelecerem acordo de prorrogação e compensação de horário de trabalho, possibilitando estabelecer jornada de trabalho de 12 (doze) horas com 36 (trinta e seis) horas de descanso. Igualmente estabelecem a adoção da jornada de trabalho de 06 (seis) horas de 2ª à 6ª feira período diurno e de 12 (doze) horas nos sábados ou domingos, alternadamente, perfazendo 42 (quarenta e duas) horas semanais, com homologação pela entidade sindical.

§ 1º - As partes convencionam que à partir de 01/05/2010 a remuneração do empregado submetido ao regime 12 X 36 será composta das seguintes rubricas salariais:

I - A empresa GIDION S/A pagará da seguinte forma:

a) 12 X 36 Diurno

Salário Base.....R\$ 605,00
30 horas normais a título de intervalo intra jornada não concedido.....R\$ 82,00

b) 12 X 36 Noturno

Salário Base.....R\$ 605,00
Adicional NoturnoR\$ 67,00
Prorrogação Jornada Noturna.....R\$ 16,00
30 horas normais a título de intervalo intra jornada não concedido.....R\$ 82,00

II - A empresa TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA. pagará da seguinte forma:

a) 12 X 36 Diurno:

Salário Base.....R\$ 587,00
30 horas normais a título de intervalo intra jornada não concedido.....R\$ 78,00

b) 12 X 36 Noturno

Salário Base.....R\$ 587,00
Adicional NoturnoR\$ 66,00
Prorrogação Jornada Noturna.....R\$ 40,00
30 horas normais a título de intervalo intra jornada não concedido.....R\$ 78,00

§ 2º - A adoção desse regime contempla a previsão constante do art. 5º, da Lei nº 605/49.

Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FOLGA DOS MOTORISTAS

Para fins de horas trabalhadas, aplica-se o disposto no *caput* das Cláusulas Vigésima oitava e Vigésima Nona, também para os motoristas de linhas regulares, em viagens especiais, de turismo e fretamento, sendo-lhe garantida uma folga na mesma semana do trabalho realizado.

Parágrafo único - Caso haja a inobservância deste preceito pelas Empresas, as horas trabalhadas deverão ser remuneradas com o acréscimo de 100% (cem por cento).

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LAUDOS AMBIENTAIS

As empresas procederão ao levantamento ambiental de todos os locais de trabalho e obrigam-se a pagar aos empregados exercentes de funções consideradas insalubres ou perigosas os adicionais nos graus indicados nos respectivos laudos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - TESTE DO "BAFÔMETRO" E MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Tendo em vista a preocupação das empresas na segurança dos usuários do transporte coletivo e de toda a comunidade, fica facultado às empregadoras a aplicação do teste de bafômetro em todos os seus empregados, bem assim, visando a segurança coletiva no ambiente de trabalho, a monitorá-lo por meio de câmeras, permitida a revista, quando aleatória, em pertences do empregado e por pessoa do mesmo sexo.

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES

Obrigam-se as empresas a fornecer ao pessoal incumbido da manutenção, aos motoristas, fiscais, agentes de bordo, bilheteiros, cobradores rodoviários e supervisor de venda que forem admitidos, duas calças e três camisas, quantidade esta que as partes entendem suficientes pelo prazo de 1 (um) ano, após o que, salvo exceções, serão feitas as reposições. Por ocasião das dispensas, pedidos de demissão ou término de contrato de experiência sem continuidade do serviço, poderão as empregadoras exigir dos empregados a devolução dos uniformes.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - EXAMES MÉDICOS

As despesas relativas aos exames pré-admissionais, periódicos e demissionais correrão por conta das empregadoras, as quais obrigam-se também a aceitar atestados emitidos por médicos e dentistas do INSS ou do Sindicato da Categoria, para todos os efeitos legais, sendo obrigatória a indicação no atestado médico do CID (Código Internacional de Doenças) e registro em órgão de classe do profissional da saúde, sem os quais os atestados não serão aceitos. Do mesmo modo, havendo indicação pelo médico de medicamentos, o atestado somente será aceito se acompanhado da receita médica referente a consulta originária do atestado, com a respectiva nota fiscal da farmácia, comprovando a compra do medicamento receitado.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS SINDICAIS

As empresas obrigam-se a manter em suas dependências, em local visível e de acesso aos empregados, um quadro para uso do sindicato para veiculação de avisos, convocações, anúncios, publicações, textos legais e notícias gerais de interesse da classe, vedado o uso do quadro para fins político partidários, ou com o manifesto interesse injurioso ou ofensivo à honra e à reputação das empresas ou de seus diretores.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE DO SINDICATO

As empresas descontarão em folha de pagamento, a crédito do Sindicato Laboral, os valores relativos às mensalidades dos associados, mediante ficha de inscrição de sócio. O repasse da mensalidade ao Sindicato Laboral dar-se-á até o segundo dia subsequente ao mês em que houver sido efetuado o desconto, sendo que as empresas encaminharão mensalmente ao Sindicato a relação nominal dos associados.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

As empresas descontarão de todos os trabalhadores beneficiados por este instrumento coletivo de trabalho conforme aprovado na assembléia geral extraordinária da entidade profissional, o percentual de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) da remuneração base de seus funcionários até o teto máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dividida em 05 (cinco) parcelas de 0,5% (zero virgula cinco por cento), nos meses de Junho/2010, Agosto/2010, Outubro/2010, Dezembro/2010 e Fevereiro/2011, para serem aplicados no atendimento social do Sindicato, recolhendo o total descontado em conta bancária do sindicato profissional, até o 10º dia posterior ao desconto, através de guia por este fornecida, sendo que o vencimento da primeira parcela dar-se-á no dia 15 (quinze) de julho de 2010.

Parágrafo único - Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores não associados, na forma da MEMO CIRCULAR SRTE/MTE Nº 04 DE 20/01/2006, a seguir transcrita: Para exercer o direito de oposição, o trabalhador deverá apresentar, no sindicato carta escrita de próprio punho, no prazo de 10 dias antes do primeiro desconto, após o depósito do instrumento coletivo de trabalho na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina, e divulgação do referido instrumento pelo Sindicato Profissional. Havendo recusa do

sindicato em receber a carta de oposição, essa poderá ser remetida pelo correio, com aviso de recebimento.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os dissídios coletivos porventura resultante das relações de trabalho previstas neste acordo serão dirimidos obrigatoriamente através de uma fase administrativa preliminar conciliatória, da qual lavrar-se-á termo declaratório da conciliação ou acordo com força de lei perante as partes. Não havendo acordo, lavrar-se-á termo de dissidência sujeito a exame judicial

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

Este Acordo Coletivo de Trabalho regulamenta as relações laborais envolvendo direitos e obrigações dos empregados vinculados ao serviço de Transporte Coletivo e das empresas empregadoras signatárias deste instrumento, não se aplicando aos empregados exercentes de profissão ou ofício regulamentados por leis especiais, como é o caso dos Médicos, Contadores, Administradores de Empresas, Telefonistas, Cirurgiões Dentistas, Secretários Executivos, Advogados, Enfermeiros, Técnicos de Segurança do Trabalho e outros.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

À face do contido no inciso VIII do art. 613 da CLT, fixam as partes uma multa, equivalente ao menor piso salarial estabelecido pelo presente instrumento, em caso de violação de qualquer cláusula de fazer nele prevista, em favor do empregado e do Sindicato em igual proporção.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MULTA PELO ENVIO DE EMPREGADOS NÃO FILIADOS AO SINDICATO

Se a empresa encaminhar empregados não filiados ao Sindicato para uso dos benefícios a que se reporta a Cláusula Décima Primeira estará sujeita ao pagamento de uma multa, em favor do sindicato, correspondente ao valor do salário do empregado encaminhado, por cada caso de encaminhamento verificado.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Nas negociações salariais, serão sempre consideradas, através de compensação, as antecipações porventura concedidas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ASSINATURAS

Por estarem de comum acordo, firmam este acordo em 6 (seis) vias de igual teor e forma, nas presenças e em conjunto com duas testemunhas, facultando-se ao Sindicato o Registro e Arquivo deste instrumento junto ao órgão competente, para todos os efeitos legais.

RUBENS MULLER

Presidente

SIND TRAB EMPRESAS TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS DE JLE

MOACIR LUIZ BOGO

Diretor

GIDION S/A - TRANSPORTE E TURISMO

STEFAN RODRIGO SOARES E BOGO

Diretor

GIDION S/A - TRANSPORTE E TURISMO

HUGO FRANCISCO HOFFMANN

Diretor

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA

VILMAR HARGER

Diretor

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA

MOACIR LUIZ BOGO
Diretor
PASSEBUS ADMINISTRADORA LTDA

VILMAR HARGER
Diretor
PASSEBUS ADMINISTRADORA LTDA